



**RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO ESPECIAL SOBRE A INDEPENDÊNCIA DOS JUÍZES E ADVOGADOS
(Leandro Despouy, 2005)**

Brasília, outubro de 2008.



Secretaria Especial
dos Direitos Humanos



CRÉDITOS

Coordenação: Paula Lima – Assessora Especial da Secretaria Especial dos Direitos Humanos para a Organização da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos e para a Revisão e Atualização do Programa Nacional dos Direitos Humanos.

Tradução livre: Christiana Freitas Leitão - Consultora técnica do PNUD para a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Projeto BRA 01/021. Edital n. 5: Elaboração do Programa Nacional dos Direitos Humanos.

**RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO ESPECIAL SOBRE A INDEPENDÊNCIA DOS JUÍZES E ADVOGADOS
(Leandro Despouy, 22/02/2005)**

RECOMENDAÇÕES

Recomendações em versão original (inglesa)	Recomendações traduzidas para o português ¹
<p>103. One of the main problems with the Brazilian system of justice concerns the public's access to it; to address this, there is an urgent need to strengthen the Office of the Public Defender. The adoption of the judicial reform is an important step in this direction, but it is not enough. The Special Rapporteur recommends that:</p> <p>(a) The medium- and long-term impact of the reform on the operational capacity of the Office of the Public Defender should be monitored;</p> <p>(b) The Federal Office of the Public Defender should be given financial and administrative autonomy, like its state counterparts; and</p> <p>(c) A public defender's office should be established in those states that do not yet have one. The Special Rapporteur recommends that, notwithstanding the laudable work done by the Brazilian Bar Association, the bill providing for the establishment of a highly innovative public defender's office in the State of São Paulo should be submitted and debated by parliament</p>	<p>103. Um dos maiores problemas do sistema brasileiro de justiça diz respeito ao acesso a ela. Há uma necessidade urgente de fortalecer a Defensoria Pública para tratar dessa questão. A adoção de uma reforma judicial é um passo importante nessa direção, mas não é suficiente. O Relator Especial recomenda que:</p> <p>a) o impacto de médio e longo prazo da reforma na capacidade operacional da Defensoria Pública deve ser monitorada.</p> <p>(b) A Defensoria Pública deve ter autonomia administrativa e financeira, assim como seus parceiros públicos, e</p> <p>(c) A Defensoria Pública deve ser estabelecida nos Estados que ainda não a têm. O Relator Especial recomenda que, não obstante o louvável trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil, o custo para o estabelecimento de uma Defensoria Pública altamente inovadora no Estado de São Paulo deve ser submetida e debatida pelo Congresso Nacional assim que possível.</p>

¹ Tradução livre de Christiana Galvão Ferreira de Freitas Leitão, consultora do PNUD para a SEDH/PR, abril de 2008.

<p>as soon as possible.</p>	
<p>104. Crimes and offences committed against children and young persons are a matter of great concern. In this area, priority should be given to the full implementation of the system provided for in the 1990 Children and Young Persons Act. In particular, it is necessary to set up special courts to deal with crimes against children and young persons, as well as children's units in public defenders' offices.</p>	<p>104. Os crimes e as ofensas cometidas contra crianças e adolescentes é uma questão muito preocupante. Nessa área, deve ser dada prioridade à plena implementação do sistema de garantias do Estatuto da Criança e Adolescente (1990). Em especial, é necessário estabelecer juizados especiais para julgar crimes contra crianças e adolescentes.</p>
<p>105. With regard to military justice, the Special Rapporteur recommends limiting its jurisdiction to military offences and having all offences committed by military police officers against civilians tried by the ordinary courts.</p>	<p>105. No que diz respeito à Justiça Militar, o Relator Especial recomenda a limitação de sua jurisdição a crimes militares, de modo que os crimes cometidos por policias militares contra civis passem a ser julgados pela justiça comum.</p>
<p>106. In view of the threats and acts of violence against judges, lawyers and defence attorneys, especially those working on cases involving social issues (such as land, indigenous or environmental issues), the Special Rapporteur recommends that the Special Representative of the Secretary-General on the situation of human rights defenders should visit the country.</p>	<p>106. Tendo em vista as ameaças e atos de violência contra juízes, advogados e promotores de defesa, especialmente aqueles que trabalham em casos que envolvem questões sociais (tais como questões ligadas à terra, a indígenas e ao meio ambiente), o Relator Especial recomenda que o Representante Especial do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas para a situação dos defensores de direitos humanos visite o país.</p>
<p>107. Because of the discrimination against some clearly vulnerable groups, a visit by the Special Rapporteur on contemporary forms of racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance</p>	<p>107. Devido à discriminação contra alguns grupos claramente vulneráveis é aconselhável a visita do Relator Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância.</p>

<p>would be advisable.</p>	
<p>(108) With regard to the regulations governing a career in the judiciary, the Special Rapporteur recommends that:</p> <p>(a) Competitive examinations for entry to the judiciary should be anonymous;</p> <p>(b) In-service, lifelong training should be provided for judges, particularly in human rights and international law; it is strongly recommended that the handbook <i>Human Rights in the Administration of Justice: A Manual on Human Rights for Judges, Prosecutors and Lawyers</i> (No. 9 in the Professional Training Series), which can be found on the web site of the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (www.ohchr.org), should be used in universities and made available to professional associations of judges and lawyers. The same recommendation applies to the Bangalore Principles of Judicial Conduct;</p> <p>(c) Objective criteria should be established for assessing merit as a criterion for promotion;</p> <p>(d) Affirmative action should be taken to encourage more women, Blacks and indigenous people to enter the judiciary;</p> <p>(e) Ancillary court staff should be recruited by means of public competitive examinations;</p> <p>(f) Measures should be taken to impose some form of social control over appointments to the top positions in</p>	<p>108. No que diz respeito às normas que regulam as carreiras do Poder Judiciário, o Relator Especial recomenda que:</p> <p>(a) Os concursos para o ingresso no Poder Judiciário devem ser anônimos;</p> <p>(b) Durante o tempo de serviço, treinamentos contínuos devem ser oferecidos aos juizes, especialmente em Direitos Humanos e Direito Internacional: é fortemente recomendável que o manual "<i>Human Rights in the Administration of Justice: A Manual on Human Rights for Judges, Prosecutors and Lawyers</i> (No. 9 da Série de Treinamento Profissional), que pode ser encontrado no site do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) (www.ohchr.org), seja utilizado nas universidades e seja disponível para associações profissionais de juizes e advogados. A mesma recomendação se aplica aos Princípios de Bangalore sobre a Conduta Judicial;</p> <p>(c) Devem ser estabelecidos critérios a fim de avaliar o mérito como critério de promoção;</p> <p>(d) Devem ser realizadas ações afirmativas a fim de encorajar mais mulheres, negros e índios a ingressarem no Poder Judiciário;</p> <p>(e) Auxiliares de justiça devem ser recrutados por meio de concursos públicos;</p> <p>(f) Devem ser tomadas medidas para impor uma forma de</p>

<p>the judicial system, particularly in the Federal Supreme Court; and</p> <p>(g) Measures should be taken to eliminate systematic discrimination in the judicial sphere on the basis of, inter alia, gender or ethnic origin.</p>	<p>controle social da indicação de pessoas para os cargos mais elevados do sistema judicial, particularmente no Supremo Tribunal Federal;</p> <p>(g) Medidas devem ser tomadas para eliminar a discriminação sistemática na esfera judicial, baseada, entre outros, em gênero e origem étnica.</p>
<p>109. Steps should be taken to bring those working in the judicial system closer to the population. Experiments such as the “Listen to the community” project in Rio Grande do Sul, the citizens advice centres in São Paulo and the mobile special federal courts are steps in the right direction, and should be strengthened and replicated. Another way of bringing judges closer to the people is through regular visits to prisons, as provided for by law.</p>	<p>109. Devem ser dados passos para aproximar aqueles que trabalham no sistema judicial da população. Experiências como o projeto “Escutar a comunidade”, projeto no Rio Grande do Sul, os centros de aconselhamento em São Paulo e os tribunais especiais federais móveis são passos nessa direção e devem ser fortalecidos e replicados. Outra forma de aproximar os juizes da população se dá por meio de visitas regulares, conforme previsto em lei.</p>
<p>110. It is vital to collect statistical data on the functioning of the system of justice in order to monitor the effectiveness of judicial services. The Special Rapporteur recommends that an advanced system for collecting such data should be set up and that indicators should be established to evaluate improvements in judicial services. This exercise would be particularly useful for measuring the impact of the changes introduced by the judicial reform.</p>	<p>110. É fundamental coletar dados estatísticos sobre o funcionamento do sistema da justiça a fim de monitorar a efetividade da prestação dos serviços judiciais. O Relator Especial recomenda que um sistema avançado para coletar tais dados deve ser implementado e que os indicadores devem ser estabelecidos para avaliar o aprimoramento do serviço judicial. Este exercício será particularmente útil para medir o impacto das mudanças introduzidas pela reforma do Poder Judiciário.</p>
<p>111. In order to prevent abuse, the authorities should restrict the use of secrecy (confidentiality) and, in cases where it cannot be avoided, should inform the</p>	<p>111. A fim de prevenir abusos, as autoridades devem restringir o uso de segredo (confidencialidade) e, nos casos em que o segredo não possa ser evitado, as partes</p>

<p>parties of the status of the proceedings.</p>	<p>devem ser informadas acerca do status dos procedimentos.</p>
<p>112. In order to make judicial procedures more effective, and bearing in mind that the reform adopted makes speedy judicial and administrative procedures a fundamental right, the reforms being introduced should protect existing guarantees and at the same time simplify their application. This should be done by reducing the number of appeals and streamlining procedures so that the judicial decision meets the double requirement of being both effective and timely</p>	<p>112. A fim de tornar os procedimentos judiciais mais eficazes e, considerando que a reforma adotada trata a celeridade dos procedimentos judiciais e administrativos como um direito fundamental, as reformas que vêm sendo introduzidas devem proteger as garantias existentes e, ao mesmo tempo, simplificar sua aplicação. Isto deve ser feito por meio da redução do número de procedimentos recursais de modo que a decisão judicial atinja o duplo requisito da eficácia e celeridade.</p>
<p>113. It is strongly recommended that judges, prosecutors, lawyers and defence attorneys should implement the international human rights instruments ratified by Brazil and that they should invoke them in their decisions and in other judicial proceedings.</p>	<p>113. É fortemente recomendável que os juízes, promotores e advogados, implementem os instrumentos de direito internacional dos direitos humanos ratificados pelo Brasil e que estes sejam evocados nas decisões e em outros procedimentos judiciais.</p>
<p>114. Given the complex nature of organized crime, national efforts alone are not sufficient to combat it. It is therefore crucial to combine the efforts of everyone involved in combating it and to establish channels of cooperation between countries, especially in border areas. The international cooperation efforts under way in this area are manifestly inadequate.</p>	<p>114. Tendo em vista a complexa natureza do crime organizado, os esforços de caráter somente nacionais não são suficientes para combater essa situação. Por isso, é fundamental combinar esforços de todas as pessoas envolvidas no combate ao crime organizado bem como estabelecer canais de cooperação entre os países, especialmente nas áreas de fronteiras. Os esforços de cooperação internacional em funcionamento nessa área são manifestamente inadequados.</p>
<p>115. It would be a good idea to identify and systematically evaluate successful initiatives taken at</p>	<p>115. Seria uma boa idéia identificar e avaliar sistematicamente as iniciativas tomadas nos âmbitos</p>

<p>the federal, State and municipal levels with a view to studying their viability and implementation elsewhere. In this respect, the executive could organize a national meeting to learn about them and assess their viability. This would not only permit a useful exchange of ideas, but would also promote their implementation in other places, while leaving it up to the State authorities to adapt and implement them.</p>	<p>federal, estadual e municipal que tiveram sucesso, com a finalidade de avaliar a viabilidade de sua implementação em todas as regiões do país. A esse respeito, o Executivo poderia organizar um encontro nacional para aprender sobre eles e estudar sua viabilidade. Isto não somente permitiria um intercâmbio útil de idéias, bem como promoveria sua implementação em outras localidades, deixando a cargo das autoridades do Estado a sua adoção e implementação.</p>
<p>116. Brazilian Government could call on the United Nations system for technical cooperation in implementing these recommendations. In particular, the United Nations country team could provide technical assistance in such areas as: (a) the development of indicators for evaluating the functioning of the system of justice and statistical data-collection methods; (b) the identification and analysis of successful experiments that could be replicated; (c) the development of forms of affirmative action to promote greater representativeness in the judiciary; and (d) the organization of international cooperation initiatives in the judicial sector.</p>	<p>116. O Governo Brasileiro poderia acionar o sistema das Nações Unidas a fim de receber cooperação técnica na implementação dessas recomendações. Em particular, a representação das Nações Unidas no Brasil poderia propiciar assistência técnica em áreas como:</p> <p>(a) o desenvolvimento de indicadores para avaliar o funcionamento do sistema de justiça e de métodos de coleção de dados estatísticos; (b) a identificação e análises de experiências de sucesso que poderiam ser replicadas; (c) o desenvolvimento de formas de ação afirmativa a fim de promover uma maior representatividade no Judiciário; e (d) a organização de iniciativas de cooperação internacional no setor judicial.</p>